Após um ano da realização do I Congresso do Patrimônio Público, oportunidade em que se debateu a efetividade da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/92) após 18 anos de vigência, a Procuradoria-Geral de Justiça e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior, ambos do Ministério Público do Estado de São Paulo, juntamente com a Associação Paulista do Ministério Público, realizarão o **II Congresso do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Estado de São Paulo,** no período de 17 a 19 de agosto de 2011, no Novotel Jaraguá SP Conventions, na cidade de São Paulo.

O enfoque do evento deste ano é mais específico, destacando-se como tema central “O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NAS OBRAS PÚBLICAS”. Objetiva-se debater todas as fases que envolvam a efetiva concretização de uma obra pública segura, útil, de qualidade, econômica e executada em prazo razoável, aprofundando conceitos das fases do planejamento, contratação, execução e fiscalização.

Ademais, outros objetivos relevantes do evento são o fortalecimento da ideia da necessidade de se implementar uma efetiva rede de controle de gestão pública, com institucionalização do intercâmbio de informações entre os órgãos públicos; a capacitação dos membros da Instituição visando ao combate à corrupção; a exploração da interface das obras públicas com outras áreas de atribuição do Ministério Público, como meio ambiente, habitação, urbanismo, consumidor e direitos humanos; e o aprimoramento das técnicas de investigação de obras públicas superfaturadas e/ou ineficientes.

Neste sentido, os painéis de exposição e debates foram idealizados de maneira que os próprios membros do Ministério Público que participarem do evento, ao final, possam refletir e extrair “Propostas de Atuação Funcional” para a melhor eficiência de atuação dos promotores e procuradores de justiça no tocante ao assunto controle da legalidade, em sentido amplo, das obras públicas.

O Congresso será presidido pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, cabendo ao Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional -Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, a vice-presidência.

Bom frisar que o evento contará com exposição de profissionais operadores do direito, bem como de técnicos, como economista e engenheiros, os quais colaborarão com o aperfeiçoamento da formação dos promotores de justiça, os quais necessitam de conhecimento muito além do jurídico para o êxito da tutela do interesse público no exercício de suas atribuições.

O público alvo do Congresso é precipuamente membro do Ministério Público dos Estados e da União.

Ainda, o evento conta com o patrocínio de diversos órgãos e entidades, como Associação Cultural e Científica das Fundações Colaboradoras da USP-FUNASP, Fundação Instituto de Administração-FIA, Fundação Arcadas, Sindicato Nacional dos Arquitetos e Engenheiros Consultores-Sinaenco, Sindesam, Confea e Fiesp.

                                               Comissão Organizadora